



History of Education in Latin America - HistELA

Esta obra está licenciada sob [Creative Commons — Atribuição 4.0 Internacional — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

# Guardar a alta cultura: o Mensario do Jornal do Commercio como coleção-biblioteca da elite letrada brasileira (1938-1946)

Guarding high culture: the Mensario do Jornal do Commercio as a collection-library of the Brazilian literate elite (1938-1946)

**Raphael Ribeiro Machado**

Orcid: 0000-0001-6252-0982

Superintendência Regional de Ensino de Nova Era, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Nova Era, MG, Brasil. Email: machado.ribeiro.rafael@gmail.com

**Rosana Areal de Carvalho**

Orcid: 0000-0002-0114-4239

Departamento de Educação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil. Email: rosanareal@ufop.edu.br

**Alice Lopes Spindula**

Orcid: 0000-0003-3680-9541

Superintendência Regional de Ensino de Nova Era, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Nova Era, MG, Brasil. Email: alice.spindula@educacao.mg.gov.br

**Marina França Brandão**

Orcid: 0009-0009-1291-9595

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, Sete Lagoas, MG, Brasil. Email: marifrancab@gmail.com

**DOI:** 10.21680/2596-0113.2026v9n1ID45043

**Citação:** Machado, R. R., Carvalho, R. A. de, Spindula, A. L., & Brandão, M. F. (2026). Guardar a alta cultura: o Mensario do Jornal do Commercio como coleção-biblioteca da elite letrada brasileira (1938-1946). *History of Education in Latin America - HistELA*, 9(1), e45043. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/45043>

**Conflito de interesses:** Os autores afirmam não possuir interesses concorrentes.

**Recebido:** 10/08/2026

**Aprovado:** 27/09/2026

**OPEN ACCESS**

## Resumo

Este artigo analisa o Mensario do Jornal do Commercio (1938-1946) como coleção-biblioteca da alta cultura letrada brasileira. O objetivo é compreender como a passagem das colaborações dominicais do jornal diário para volumes mensais alterou o estatuto dos textos, convertendo-os em repertório de guarda, consulta e consagração. A metodologia articula história da cultura escrita, análise material do impresso e dados autorais e institucionais sistematizados em pesquisa doutoral. Conclui-se que a coleção produziu uma visão elitista de mundo, na qual uma fração letrada e institucionalizada da sociedade brasileira se apresentou como síntese legítima da cultura nacional, em diálogo com o Estado Novo.

**Palavras-chave:** Mensario do Jornal do Commercio. História da Educação. Cultura escrita. Alta cultura. Elite letrada.

## Abstract

This article analyzes the Mensario do Jornal do Commercio (1938-1946) as a collection-library of Brazilian literate high culture. The objective is to understand how the transfer of Sunday contributions from the daily newspaper to monthly volumes changed the status of the texts, turning them into a repertoire for preservation, consultation, and consecration. The methodology combines the history of written culture, material analysis of print, and authorial and institutional data systematized in doctoral research. The study concludes that the collection produced an elitist worldview in which a literate and institutionalized fraction of Brazilian society presented itself as the legitimate synthesis of national culture, in dialogue with the Estado Novo.

**Keywords:** Mensario do Jornal do Commercio. History of Education. Written culture. High culture. Literate elite.

## Introdução

Debates recentes sobre memória cultural e circulação digital recolocam uma pergunta antiga: quem decide o que merece ser lembrado? Em textos publicados pelo Memorial da América Latina, Mastrobuono (2025a, 2025b) observou que a abundância de informações não elimina a seletividade da memória e que toda narrativa cultural envolve escolhas sobre vozes, enquadramentos, silenciamentos e lugares de autoridade. Este artigo parte dessa inquietação contemporânea apenas como provocação inicial: antes dos algoritmos e das plataformas digitais, coleções impressas já operavam como dispositivos de seleção, guarda e consagração.

O Mensario do Jornal do Commercio permite examinar historicamente esse problema no campo da cultura escrita brasileira. Antes de ser lido apenas como conjunto de textos, ele se impõe como presença material. Seus 99 volumes, reunidos em 33 tomos e publicados entre março de 1938 e setembro de 1946, não foram concebidos para o desaparecimento rápido do jornal. Foram pensados para a duração da biblioteca. O impresso mensal preservava, reorganizava e monumentalizava colaborações antes dispersas no Jornal do Commercio, oferecendo-as como repertório de consulta para leitores reconhecidos como parte da “elite mental” do país.

O problema deste artigo nasce exatamente dessa passagem. O que ocorre quando a colaboração jornalística deixa o fluxo cotidiano do periódico e é reinscrita em uma

coleção mensal? A resposta não pode ser apenas bibliográfica. A passagem do jornal ao volume modifica o estatuto dos textos, altera seus usos prováveis, reorganiza seus leitores e transforma a colaboração publicada em peça de um repertório de alta cultura. O jornal é marcado pelo presente, pela circulação rápida, pela substituição do número anterior pelo número seguinte. A coleção, ao contrário, promete permanência, ordenação e autoridade. Nela, o que foi selecionado deixa de ser apenas leitura de ocasião e passa a compor uma biblioteca possível da cultura nacional.

A tese que sustenta parte dos dados mobilizados neste texto definiu o Mensario como coleção de revistas de cultura, simultaneamente fonte e objeto para a História da Educação brasileira. Essa pesquisa mostrou que os produtores da publicação a apresentavam como uma “Revista de Alta Cultura” destinada a “servir á intelligencia e á cultura do paiz” (Machado, 2023, pp. 73–74, 77–78). Estudos recentes também analisaram o projeto editorial do Mensario e as representações formuladas sobre sua circulação inicial (Machado et al., 2025). Este artigo retoma esse campo de investigação sem deslocar o foco para a recepção propriamente dita. O centro da análise é a forma-coleção: o modo como a materialidade, a seleção editorial, o preço, os índices, a encadernação e os vínculos institucionais dos colaboradores produziram uma biblioteca socialmente seletiva da alta cultura letrada.

A hipótese aqui defendida é crítica. O Mensario não foi arquivo neutro da inteligência brasileira, nem simples serviço de preservação de textos valiosos. Foi uma operação editorial elitista, socialmente situada e simbolicamente hierárquica. Seus produtores e pares nomearam como “alta cultura” um conjunto de práticas, autores, instituições e linguagens que representava apenas uma fração restrita da sociedade brasileira. Essa fração era letrada, institucionalizada, majoritariamente masculina em seus espaços de sociabilidade, próxima das academias, do Estado, da diplomacia, da imprensa tradicional, do direito, da Igreja Católica e das formas consagradas de erudição. A coleção não espelhou a sociedade brasileira em sua complexidade; ofereceu uma versão autorizada, estreita e hierarquizada do que deveria ser lido como cultura nacional.

O argumento se organiza por um encadeamento deliberado. A coleção retira textos do fluxo diário; ao retirá-los, seleciona; ao selecionar, atribui valor; ao atribuir valor, define cultura legítima; ao definir cultura legítima, constrói uma visão de mundo. Essa visão de mundo, como se verá, era menos nacional do que pretendia ser, pois cobria apenas um pequeno trecho do Brasil dos anos 1930 e 1940. O país marcado por analfabetismo, desigualdades regionais, conflitos trabalhistas, racismo, culturas populares, experiências indígenas, oralidades, mulheres fora dos circuitos consagrados, escolas primárias precárias e trabalhadores urbanos e rurais não aparecia como sujeito central da cultura a ser preservada. A coleção falava em nome da cultura do país, mas sua voz vinha de lugares sociais muito específicos.

A análise dialoga com a história da cultura escrita e do impresso, especialmente com Chartier (1990, 2014), De Luca (1999) e Martins (2001), ao tratar os suportes materiais como formas que orientam usos e leituras; com Pomian (1984) e Le Goff (1990), ao pensar coleção, arquivo e documento-monumento; com Bourdieu (1996, 2007) e Williams (1969), ao problematizar a produção social da legitimidade cultural; e com a historiografia sobre intelectuais e Estado Novo, particularmente Angela de Castro Gomes (1996), Velloso (1997), Miceli (1979), Capelato (2003) e Sirinelli (2003). O objetivo não é negar a relevância dos textos reunidos no Mensario, nem a erudição de muitos de seus colaboradores. A questão é outra: compreender o que essa erudição fazia socialmente quando era organizada como biblioteca da nação.

## Fontes e procedimentos de análise

A análise parte de quatro conjuntos documentais. O primeiro é composto pelo anúncio de aparecimento do *Mensario*, publicado no *Jornal do Commercio* em 16 de fevereiro de 1938, tomado como fonte fundamental para compreender a intenção declarada da coleção. O segundo reúne dados materiais e editoriais sistematizados na pesquisa doutoral anteriormente desenvolvida, especialmente sobre formato, preço, circulação, recepção, colaboradores e instituições. O terceiro corresponde ao banco de dados de leitura do corpus, organizado a partir dos sumários e dos 99 volumes da coleção, com campos como ano, mês, tomo, volume, rubrica classificatória, autor, título, páginas, assunto, gênero textual e observações de coleta. O quarto é constituído por estudos em português sobre cultura escrita, imprensa, intelectuais, Estado Novo, coleção, memória e alta cultura, selecionados por sua pertinência ao problema deste artigo.

O procedimento adotado foi histórico-interpretativo, com base em evidências materiais, editoriais e sociais. O *Mensario* é lido como objeto da cultura escrita, não apenas como recipiente de textos. Essa escolha implica observar sua forma, seus paratextos, sua promessa de uso, seus preços, seus índices e o tipo de leitor que pressupunha. Ela também exige tratar a palavra “coleção” como problema histórico: não se trata de uma soma neutra de volumes, mas de um ato de seleção e de preservação que transforma alguns textos em herança possível e deixa outros fora da memória a ser guardada.

A opção crítica do artigo exige cautela. Afirmações sobre elitismo, alta cultura e leitor possível não são deduzidas apenas do conteúdo dos artigos. Elas se apoiam em indícios convergentes: o vocabulário do anúncio, a materialidade dispendiosa, o preço, o destino de guarda e consulta, a recepção por pares letrados, a concentração de colaboradores em academias, institutos e órgãos estatais e a composição institucional da autoria. O que se examina, portanto, não é apenas aquilo que a coleção dizia ser, mas aquilo que sua forma material e social permitia que ela fosse.

## Coleção como categoria histórica e operação editorial

A palavra coleção pode parecer evidente quando entendida como reunião de objetos. No caso do *Mensario*, porém, ela precisa ser tratada como categoria histórica e operação editorial. A pesquisa doutoral já havia indicado que o objeto deveria ser definido por sua forma de revista e pelos objetivos presentes em sua fabricação, interrogando qual conceito de cultura a própria publicação mobilizava (Machado, 2023, pp. 77–78). Essa definição é decisiva. O *Mensario* era revista pela periodicidade mensal e pela variedade temática; era livro pela densidade física e pela promessa de encadernação; era biblioteca pela vocação de guarda e consulta; era monumento porque pretendia selecionar e fixar aquilo que deveria representar a cultura nacional.

Pomian (1984, p. 53) define coleção como conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos fora do circuito ordinário das atividades econômicas, protegidos em local preparado e expostos ao olhar. A adaptação dessa definição a um impresso seriado permite perceber que o *Mensario* retirava textos do circuito ordinário do jornal para inseri-los em outro regime de valor. A colaboração dominical deixava de pertencer apenas à folha datada e passava a integrar um volume mensal, colecionável e destinado à consulta. Esse deslocamento não era neutro: ao separar, reunir e conservar, a coleção produzia uma distinção entre o que deveria permanecer e o que poderia desaparecer.

Le Goff (1990) ajuda a radicalizar essa leitura ao lembrar que o documento também pode funcionar como monumento, isto é, como produto de forças históricas que procuram impor ao futuro determinada imagem do passado. O Mensario, nesse sentido, não é apenas documento sobre a cultura letrada. É também monumento dessa cultura. A coleção torna visível a vontade de transformar uma seleção de artigos em memória durável, mas essa memória é parcial. Sua monumentalidade não consiste apenas na quantidade de volumes, mas no gesto de apresentar um repertório elitista como se fosse síntese da cultura brasileira.

A expressão coleção-biblioteca designa justamente essa articulação. Ela indica que o Mensario não pode ser reduzido a periódico mensal, suplemento ou compilação. Sua força está no cruzamento entre imprensa e biblioteca: nasce do jornal, mas deseja escapar da efemeridade jornalística; depende da periodicidade, mas aspira à permanência; organiza textos variados, mas pretende oferecer uma unidade de leitura; promete informar o leitor sobre o “movimento intelectual do Brasil”, mas o faz a partir de um recorte restrito de autores, instituições e temas.

Colecionar, portanto, é escolher o que deve sobreviver ao jornal. A coleção não acrescenta apenas capa, índice e sequência cronológica ao material anterior. Ela reorganiza o valor dos textos. Determinadas colaborações são promovidas a peças de consulta; certos autores são reiterados como nomes de referência; algumas instituições aparecem como lugares naturais de produção da cultura; gêneros como conferência, biografia, ensaio histórico, crítica literária, oração cívica e texto religioso passam a funcionar como formas legítimas de elaboração nacional. O problema crítico nasce desse gesto: quando uma coleção se apresenta como alta cultura nacional, ela também estabelece os limites do que não será reconhecido como cultura digna de guarda.

## **Do jornal ao volume: a segunda vida dos textos**

O anúncio de aparecimento do Mensario é a fonte mais direta para compreender a operação editorial pretendida por seus produtores. Publicado na primeira página do Jornal do Commercio em 16 de fevereiro de 1938, ele afirmava que os artigos de colaboração dos números de domingo constituíam uma “synthese positiva e brilhante da cultura nacional”, valiosa pelo “alto valor dos nomes” que os assinavam e pela relevância dos assuntos tratados. A formulação inicial já unia autoria, tema, erudição e elite leitora:

Os artigos de collaboração que publicamos nos nossos números de domingo constituem uma synthese positiva e brilhante da cultura nacional, quer pelo alto valor dos nomes que os subscrevem, quer pela relevancia dos assumptos tratados. São obras de erudição uns, outros trabalhos de labor literário, todos, sem excepção, motivo de prazer espiritual para a elite mental do paiz (Jornal do Commercio, 1938, p. 1).

A passagem seguinte explicitava o gesto de reunião, guarda e releitura:

Pelo grande interesse que despertam os artigos publicados pelo Jornal do Commercio, somos de ha muito solicitados no sentido de reunirmos, em um volume mensal, a valiosa collaboração dos nossos números de domingo, de fôrma a poder, com facilidade, ser guardada para uma consulta necessária ou para o prazer de uma nova leitura. Resolvemos, por isso, iniciar a publicação do Mensario do Jornal do Commercio, que será assim uma revista nacional de alta cultura, como não existe ainda em nosso meio. Impresso em formato especial de maneira caprichosamente cuidada, para uma fácil encadernação, será o Mensario um livro de grande interesse e um subsidio precioso para os que desejam ao par do movimento intellectual do Brasil (Jornal do Commercio, 1938, p. 1).

O anúncio é revelador porque condensa quase todo o programa da coleção. A colaboração é “valiosa”; os nomes são de “alto valor”; os assuntos são relevantes; os textos são de erudição e labor literário; o público é a “elite mental do paiz”; o suporte deve ser guardado; o volume serve à consulta; a releitura é prazer espiritual; a forma gráfica permite encadernação; a publicação se apresenta como revista nacional de alta cultura. Nada nessa sequência é casual. A coleção define de antemão o que entende por cultura, quem deve escrevê-la, quem deve lê-la e em que suporte ela deve sobreviver.

O banco de dados de leitura confirma que esse programa editorial não era apenas retórico. Já no primeiro volume, referente a janeiro de 1938, a coleção reunia rubricas muito distintas, mas convergentes na produção de um repertório letrado: perfil biográfico, situação internacional, medicina e higiene, questões jurídico-constitucionais, engenharia e economia, religião, sociologia, história do Brasil, língua nacional, crítica literária e educação. Textos como “Democracia e superstições democráticas”, de Azevedo Amaral; “O Estado Novo”, de Joaquim de Salles; “A educação e a ordem”, de Celso Kelly; “A substituição da gasolina pela lenha ou carvão nos caminhões e ônibus”, de Armando de Godoy; e “O problema da língua do Brasil”, de Aires da Mata Machado Filho, indicam a combinação entre Estado, técnica, moral, língua, história e formação cultural que marcava a entrada da coleção em 1938.

Guardar, consultar e reler são verbos decisivos. Eles deslocam o texto da lógica do consumo imediato para a lógica da permanência. A colaboração dominical, antes presa à data do jornal, torna-se unidade de uma biblioteca mensal. O anúncio opera uma verdadeira promoção simbólica: o artigo jornalístico passa a ser tratado como texto digno de conservação. Essa promoção alcança também os autores. A expressão “alto valor dos nomes” indica que a autoridade da cultura não residia apenas no conteúdo, mas na assinatura. A alta cultura do Mensario era, desde o nascimento, cultura assinada por nomes previamente reconhecidos.

A expressão “elite mental do paiz” merece atenção crítica. Ela não designava a sociedade brasileira em sua diversidade. Também não designava o conjunto dos leitores alfabetizados. A fórmula pressupunha uma hierarquia entre os que possuíam condições de acompanhar o “movimento intellectual do Brasil” e os que permaneceriam fora desse circuito. O anúncio não chama a coleção de instrumento de democratização cultural. Chama-a de subsídio para aqueles que desejavam estar ao par da inteligência nacional. A suposta nação da cultura era, desde o início, mediada por um público restrito.

A segunda vida dos textos era também uma segunda vida social. O jornal podia alcançar leitores mais variados, ainda que também limitado por preço, circulação e alfabetização. O volume encadernável, denso e caro, exigia outro tipo de relação: conservação, espaço, tempo, familiaridade com leitura extensa, interesse por autores consagrados e possibilidade de compra ou acesso institucional. A forma-coleção, portanto, não apenas preservava textos. Ela estreitava e elevava simbolicamente o circuito de leitura.

## **Materialidade, preço e leitor possível**

A materialidade do Mensario não é dado acessório. Ela participa da construção histórica do objeto. Machado (2023) registra que as folhas possuíam aproximadamente 17 cm de largura por 26 cm de altura, em papel in-4, com textos organizados em duas colunas. Cada volume reunia, em média, cerca de 300 páginas e de 37 a 65 artigos de colaboração, além das seções “Livros Novos” e “Bibliografia”

(Machado, 2023, pp. 94–95, 129–130). Esses elementos permitem compreender a coleção como objeto planejado para durar e ocupar espaço.

**Quadro 1:** Dados materiais e editoriais do Mensario do Jornal do Commercio

| Indicador             | Dados sistematizados                                                |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Período de publicação | Março de 1938 a setembro de 1946                                    |
| Total de volumes      | 99 volumes, reunidos em 33 tomos                                    |
| Total de colaborações | 4.365 colaborações, de 797 colaboradores identificados              |
| Formato material      | Aproximadamente 17 cm x 26 cm; papel in-4; textos em duas colunas   |
| Extensão média        | Cerca de 300 páginas por volume, com 37 a 65 artigos de colaboração |
| Seções recorrentes    | Artigos de colaboração, Livros Novos e Bibliografia                 |
| Uso projetado         | Guarda, consulta, releitura e encadernação                          |

Fonte: elaboração a partir de Jornal do Commercio (1938) e Machado (2023, pp. 94–95, 129–130, 147–149, 400–401).

Dispostos lado a lado, os 99 volumes ocupariam cerca de dois metros ou mais de prateleira. A estimativa ajuda a visualizar a coleção como presença espacial. Em uma biblioteca institucional, ela se apresenta como acervo; em um gabinete, como repertório de consulta; em uma residência letrada, como sinal de distinção. Não se tratava apenas de conteúdo impresso. Tratava-se de um objeto que exigia mobiliário, conservação, organização e disponibilidade material.

O preço confirma a seletividade desse acesso. O anúncio informava que o número avulso custaria 8\$000 e a assinatura anual 90\$000 para o Distrito Federal, acrescida de registro postal para os estados. A pesquisa doutoral comparou esses valores com outras revistas do período, como Aspectos, Cultura Política e Revista Brasileira, mostrando que o Mensario ocupava faixa de preço mais elevada, especialmente nos exemplares encadernados (Machado, 2023, pp. 147–149). O preço não prova sozinho o perfil do leitor, mas, combinado ao formato, ao volume de páginas, à linguagem e ao programa de consulta, indica que a publicação se dirigia a um público com condições econômicas e culturais específicas.

**Quadro 2:** Preço, materialidade e seletividade do público

| Elemento            | Indício histórico                                                                | Interpretação                                                                |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Preço inicial       | Número avulso a 8\$000; assinatura anual a 90\$000 no Distrito Federal           | Acesso dependente de recursos econômicos e interesse de longa duração        |
| Valores posteriores | Exemplares brochura entre 8\$000 e 12\$000; encadernados entre 15\$000 e 25\$000 | Materialidade mais próxima do livro caro do que da revista de consumo rápido |

| Elemento         | Indício histórico                                               | Interpretação                            |
|------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Encadernação     | A publicação anunciava formato especial para fácil encadernação | Projeção de guarda, sequência e consulta |
| Leitor projetado | Leitor capaz de comprar, guardar, consultar e reler a coleção   | Público letrado, situado e seletivo      |

Fonte: elaboração a partir de Machado (2023, pp. 147–150).

A relação entre preço, formato e permanência permite distinguir leitor imaginado, leitor possível e leitor documentável. O leitor imaginado é construído pelo anúncio: alguém pertencente, ou aspirante, à “elite mental” e desejoso de acompanhar o movimento intelectual do país. O leitor possível é aquele que possuía letramento avançado, tempo para leitura, espaço para guarda, recursos para assinatura ou acesso a biblioteca. O leitor documentável aparece nos rastros de recepção disponíveis, especialmente nas notas que o próprio *Jornal do Commercio* publicou sobre o aparecimento da coleção e nas menções em periódicos e instituições (Machado, 2023, pp. 149–171).

A recepção entre pares reforça esse ponto. Em março de 1938, o *Jornal do Commercio* publicou comentários de outros periódicos e de organizações que celebravam o aparecimento do *Mensario*. A Associação dos Professores Catholicos do Districto Federal o classificou como “verdadeiro livro” e como “enorme serviço prestado as classes cultas do nosso paiz” (Machado et al., 2025). A expressão “classes cultas” é tão reveladora quanto “elite mental”. Ambas indicam que a coleção era reconhecida como instrumento de leitura para grupos que se viam autorizados a ocupar o lugar de intérpretes culturais da nação.

A materialidade, portanto, não é o invólucro da coleção. Ela é o primeiro nível de sua operação seletiva. Ao transformar colaborações jornalísticas em volumes duráveis, consultáveis e encadernáveis, o *Mensario* transformava certos autores, temas e instituições em cultura legítima. É nesse ponto que a coleção material se converte em projeto de alta cultura.

## Alta cultura: nomeação, hierarquia e visão de mundo

A alta cultura do *Mensario* era uma forma social de autorização da palavra. Essa frase condensa o argumento crítico deste artigo. A expressão “alta cultura” aparece como categoria mobilizada pelos próprios produtores da coleção, mas não será utilizada aqui como elogio, nem como sinônimo de valor universal. Ela será tratada como categoria histórica e como problema analítico. No *Mensario*, alta cultura significava um conjunto de práticas escritas, instituições, nomes, gêneros textuais e modos de leitura que se apresentavam como superiores, nacionais e formadores.

Machado (2023) mostrou que o termo “alta cultura” possuía ampla circulação no período. Pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no recorte de 1930 a 1939, identificou 6.970 ocorrências em 644 acervos digitalizados, sendo 1.344 apenas no *Jornal do Commercio* (Machado, 2023, pp. 77–78). O termo aparecia associado a institutos de alta cultura, conferências, cursos, discursos, salões, professores estrangeiros, diplomacia cultural, ciência, erudição e espaços de sociabilidade intelectual. Participar dessas situações era participar de um circuito que se reconhecia como superior.

Os exemplos reunidos na tese são reveladores. O Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura e o Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura apareciam como espaços de conferências, cursos e relações internacionais, nos quais a cultura era definida pela circulação entre professores, diplomatas, intelectuais, ciência europeia, língua estrangeira e salões institucionais (Machado, 2023, pp. 77–87). O sentido de alta cultura não era apenas intelectual. Era também espacial, social e político. Ela se realizava em instituições seletivas, diante de públicos igualmente seletivos, por sujeitos cuja autoridade dependia de títulos, cargos, redes e reputação.

A pergunta inevitável é: se há alta cultura, existe baixa cultura? Nem sempre essa oposição aparece formulada de modo explícito, mas ela opera como hierarquia implícita. A retórica da alta cultura cria um exterior: o iletrado, o popular, o oral, o trabalhador, o cotidiano, o escolar comum, o feminino não consagrado, o negro não institucionalizado, o indígena contemporâneo, a cultura sem academia, a experiência sem assinatura prestigiosa. O termo “baixa cultura” pode não ser pronunciado, mas sua sombra acompanha a elevação do que se chama “alto”. A classificação hierarquiza antes mesmo de explicar.

Williams (1969) ajuda a perceber que cultura é sempre campo de disputas sociais, não apenas conjunto de obras superiores. Bourdieu (2007), por sua vez, permite compreender que os julgamentos de gosto e legitimidade dependem de relações sociais que transformam certos repertórios em distinção. No Mensário, a alta cultura não era apenas cultura “melhor” por qualidade intrínseca. Era cultura autorizada por instituições, nomes, suportes, gêneros e públicos. O problema não é a existência de erudição. O problema é a conversão de uma erudição socialmente localizada em medida geral da cultura nacional.

Essa visão de mundo atravessa a coleção. Para os produtores e pares do Mensário, alta cultura era cultura escrita, erudita, institucionalizada, nacional, civilizatória, patriótica, científica, moral e literariamente elevada. Para a análise histórica, essa nomeação revela uma fronteira de classe, gênero, raça, instituição e escolarização. A coleção não se propôs a guardar a pluralidade da sociedade brasileira, mas aquilo que seus produtores entendiam como digno de permanência. O que deveria ser lido para não permanecer fora da “elite mental” era justamente o repertório que essa mesma elite havia selecionado como expressão legítima do país.

O sentido político é decisivo. A solução cultural dominante nos anos 1930 e 1940 não buscava, em geral, dissolver a distância entre cultura erudita e população. A cultura letrada superior era pensada como tarefa de formação das elites e dos grupos dirigentes; para as majorias, o Estado e os setores intelectuais projetavam alfabetização controlada, ensino profissional, educação moral, nacionalização dos costumes e integração disciplinada ao trabalho. A alta cultura, nesse quadro, não democratizava a sociedade. Ela ajudava a definir quem deveria conduzi-la.

## **Instituições, nomes e consagração: dados para além da impressão geral**

A crítica ao elitismo da coleção não pode depender apenas de impressão de leitura. Ela precisa de dados. A presença reiterada de nomes vinculados à Academia Brasileira de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao PEN Club, a academias estaduais, à diplomacia, ao funcionalismo público, ao direito, ao clero e aos órgãos técnicos do Estado evidencia que o Mensário organizava a cultura nacional a partir de lugares sociais previamente legitimados. Essa afirmação está amparada nos levantamentos de Machado (2023), que identificou 224 colaboradores

vinculados a academias, associações e institutos. Embora representassem 28,14% do total de colaboradores, eles foram responsáveis por 2.298 colaborações, isto é, 52,81% dos textos da coleção (Machado, 2023, pp. 400–401).

**Quadro 3:** Índícios institucionais de consagração dos colaboradores

| Dimensão                            | Dado documentado                                                                        | Sentido analítico                                                       |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Academias, associações e institutos | 224 colaboradores; 2.298 colaborações; 52,81% dos textos                                | Mais da metade da coleção veio de espaços institucionais de consagração |
| Funcionalismo público               | 63 colaboradores; 449 colaborações; 10,31% dos textos                                   | Proximidade entre imprensa, cultura letrada e Estado                    |
| Itamaraty                           | 33 funcionários do Ministério das Relações Exteriores em 1938; 316 colaborações         | Diplomacia como espaço de produção e mediação intelectual               |
| CBCI                                | 6 integrantes do Comitê Executivo; 104 colaborações                                     | Cooperação intelectual e diplomacia cultural no circuito da coleção     |
| Ministros e STF                     | Ministros de Estado e ministros do STF aparecem entre os colaboradores                  | Autoridade política e jurídica como capital simbólico                   |
| Clero católico                      | Em 1938, oito colaborações de membros ligados à Igreja; Doutrina Cristã somou 52 textos | Matriz moral católica integrada à cultura legítima                      |

Fonte: elaboração a partir de Machado (2023, pp. 226–230, 239–240, 400–406, 416–426).

O dado é central. Mais da metade das colaborações veio de sujeitos ligados a instituições culturais, acadêmicas e científicas. A coleção, portanto, não reunia apenas “bons textos”. Reunia textos de um circuito de legitimação. O IHGB, a ABL, o PEN Club e as academias estaduais funcionavam como instâncias produtoras de autoridade. A presença desses vínculos não torna automaticamente todos os textos homogêneos, mas revela o modo como a cultura nacional era filtrada por instituições que já possuíam capital simbólico acumulado.

A frequência autoral aprofunda a concentração. O levantamento dos principais colaboradores mostra que os 50 maiores autores somaram 2.504 textos, ou 57,54% da coleção (Machado, 2023, p. 426). Entre os nomes mais recorrentes aparecem Affonso d’Escagnolle Taunay, Virgílio Corrêa Filho, João Luso, Levi Carneiro, Miguel Ozório de Almeida, Otto Prazeres, Rodrigo Octávio, Primitivo Moacyr, Jayme Cardoso, Osório Dutra, Oswaldo Orico e Aureliano Leite. A repetição não é neutra. Ela forma o leitor pela familiaridade com certos nomes e pela naturalização de sua autoridade.

O Estado aparece de forma igualmente significativa. Machado (2023) identificou 63 colaboradores vinculados ao funcionalismo público, responsáveis por 449 textos, ou 10,31% das colaborações. Dentro desse conjunto, 33 pertenciam aos quadros do Itamaraty em 1938 e somaram 316 textos. O Comitê Executivo da Comissão Brasileira

de Cooperação Intelectual, sediada no Ministério das Relações Exteriores, teve seis participantes que somaram 104 colaborações. A coleção também reuniu ministros de Estado dos governos Vargas, Linhares e Dutra, além de ministros do Supremo Tribunal Federal (Machado, 2023, pp. 401–406).

Esses dados mostram que a alta cultura do Mensario era atravessada por Estado, diplomacia e política cultural. O Itamaraty não aparece apenas como órgão burocrático, mas como espaço de mediação intelectual e internacional. A Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, associada às redes de diplomacia cultural do período, reforçava a aproximação entre letrados, Estado e circulação internacional da cultura. O Mensario participava desse ambiente ao reunir sujeitos que se moviam entre imprensa, academias, ministérios, conferências e associações culturais.

A Igreja Católica também integrava essa visão de mundo. A tese registrou, apenas em 1938, oito colaborações de membros ligados ao clero ou à intelectualidade católica, incluindo Padre José Maria Natuzzi, Padre Serafim Leite, Cardeal Pacelli, D. Aquino Corrêa e outros (Machado, 2023, pp. 226–230). Em outro ponto, o levantamento indica que os textos classificados como Doutrina Cristã somaram 52 colaborações, com destaque para Padre José Maria Natuzzi, autor de 37 textos entre 1938 e 1943 (Machado, 2023, pp. 239–240). Não se trata de presença meramente religiosa. Trata-se de participação de uma matriz moral na definição da cultura considerada superior e formadora.

O dado institucional responde à pergunta sobre quem fazia a coleção. O Mensario foi produzido por uma empresa jornalística tradicional, sob direção de Elmano Cardim, mas seu conteúdo se alimentava de uma rede mais ampla: academias, institutos históricos, clubes literários, diplomacia, ministérios, universidades, imprensa, Igreja e órgãos técnicos. Essa rede não representava a sociedade brasileira em sua pluralidade. Representava a parcela que possuía acesso aos instrumentos de consagração cultural. A coleção guardava, sobretudo, aquilo que esses espaços autorizavam como digno de leitura.

## **Anos 1930 e 1940: nacionalismo, ciência, ordem e mundo em crise**

A categoria alta cultura precisa ser situada no tempo. O Mensario nasceu em 1938, poucos meses depois da instauração do Estado Novo, e encerrou sua publicação em 1946, no início da redemocratização. Seu arco temporal atravessa autoritarismo político, centralização estatal, censura, nacionalismo, reformas educacionais, Segunda Guerra Mundial, reorganização das relações internacionais e redefinição dos papéis dos intelectuais. O Brasil e o mundo viviam uma disputa intensa sobre civilização, técnica, autoridade, massas, democracia, fascismo, comunismo, liberalismo, catolicismo, trabalho e nação.

No Brasil, a cultura impressa, a educação e a ideia de nacionalidade foram mobilizadas como instrumentos de ordenação social. Angela de Castro Gomes (1996) mostrou que a política cultural do Estado Novo atribuiu papel central aos intelectuais na produção de uma pedagogia da nacionalidade. Velloso (1997) analisou a aproximação entre intelectuais e política cultural no período, destacando a construção de uma imagem unificadora e disciplinadora da nação. Capelato (2003) observou que o Estado Novo articulou propaganda, autoridade e nacionalismo como parte de uma forma moderna de intervenção política. O Mensario não era publicação oficial do Estado, mas dialogava com esse ambiente.

O mundo em guerra também atravessava a coleção. A alta cultura aparecia, em muitos casos, como resposta à crise moderna. Diante da massificação política, das ideologias autoritárias, da disputa entre liberalismo, comunismo, fascismos e catolicismo social, os colaboradores do Mensario frequentemente apostavam na cultura letrada, na moral, na ciência, na técnica, na diplomacia e na tradição como recursos de ordenação. A coleção pretendia oferecer ao leitor um repertório de estabilidade em um mundo percebido como instável. Seu elitismo era, em parte, uma resposta ao medo das massas, da desordem e da perda de autoridade dos antigos mediadores culturais.

A presença de textos técnicos, científicos e jurídicos também deve ser lida nesse quadro. Técnica e ciência não apareciam necessariamente como instrumentos de democratização social. Frequentemente compunham um vocabulário de administração, planejamento e racionalização do território, do trabalho e da população. O conhecimento era apresentado como instrumento de direção. A pergunta crítica é quem dirigia, quem era dirigido e quem tinha acesso ao lugar de produtor legítimo desse conhecimento.

A coleção, portanto, dialogava com os anos 1930 e 1940 não apenas pelo contexto cronológico. Ela compartilhava uma forma de imaginar a sociedade: a nação deveria ser organizada por sujeitos cultos, moralmente autorizados, institucionalmente legitimados e capazes de interpretar o Brasil para si mesmo. Nessa visão, a cultura popular podia ser objeto de interesse, a escola primária podia ser problema de governo, o trabalhador podia ser tema de política social, mas a palavra autorizada sobre a nação continuava concentrada nos espaços da elite letrada.

## **A coleção como autorrepresentação elitista**

O Mensario funcionou como espelho e vitrine da elite letrada. Espelho porque devolvia aos próprios colaboradores e leitores preferenciais a imagem de um grupo culto, patriótico, civilizado, ordeiro e responsável pela memória nacional. Vitrine porque apresentava essa imagem ao público como se fosse a própria cultura brasileira. A coleção não dizia apenas “isto deve ser lido”. Dizia também “estes são os sujeitos autorizados a dizer o Brasil”.

Bourdieu (1996, 2007) permite compreender que o prestígio simbólico não se produz apenas no conteúdo das obras. Ele depende dos campos, das instituições e dos mecanismos de consagração. No Mensario, a presença de nomes já legitimados por outros espaços reforçava a autoridade da coleção, ao mesmo tempo em que a coleção reforçava a autoridade desses nomes. O circuito é circular: a instituição legitima o autor; o autor legitima a coleção; a coleção legitima a instituição; o leitor aprende a reconhecer esse conjunto como alta cultura.

Chartier (1990, 2014) contribui para perceber que a forma material do impresso organiza expectativas de leitura. O Mensario ensinava o leitor a tratar seus textos como repertório elevado. A combinação entre volume denso, índice, encadernação, preço, regularidade, recepção elogiosa e assinatura de nomes consagrados produzia uma pedagogia da permanência. O leitor não recebia apenas textos. Recebia instruções materiais sobre como valorizá-los: guardar, consultar, reler, encadernar, citar, exibir.

O ponto crítico é que essa inteligência nacional era construção social. A coleção apresentava a visão de uma parcela restrita da sociedade como se fosse expressão do país. O elitismo do Mensario está exatamente nessa conversão: uma fração letrada

das classes dirigentes aparece como cultura nacional. O parcial se oferece como total. A sociabilidade de academias e gabinetes se apresenta como Brasil. A seleção editorial passa a parecer patrimônio comum.

Essa visão cobria apenas um pequeno trecho da sociedade brasileira dos anos 1930 e 1940. A vida social do período era marcada por analfabetismo, desigualdades regionais, trabalho rural e urbano em condições precárias, conflitos sociais, racismo estrutural, exclusões de gênero, culturas orais, práticas religiosas populares, escolas primárias insuficientes, experiências indígenas e negras, movimentos associativos, imprensa popular e formas de saber não reconhecidas pela erudição institucional. A coleção não ignorava necessariamente todos esses elementos, mas os subordinava a uma moldura interpretativa na qual a autoridade permanecia concentrada em homens de letras, juristas, historiadores, diplomatas, técnicos, clérigos e funcionários de Estado.

A crítica à alta cultura do Mensario, portanto, não consiste em substituir um cânone por outro de modo simplista. Consiste em mostrar que a cultura ali guardada era uma cultura de classe, de instituição e de posição social. Ela preservava repertórios importantes, mas também produzia fronteiras. Formava leitores, mas não todos os leitores. Guardava textos, mas não todas as vozes. Falava da nação, mas a partir de um lugar que confundia sua própria autoridade com a totalidade do país.

Essa autorrepresentação era ainda mais eficaz porque não precisava declarar sua exclusão. A coleção se apresentava como serviço à inteligência e à cultura. Sua retórica era positiva: salvar do esquecimento, oferecer consulta, reunir textos valiosos, produzir livro de interesse, acompanhar o movimento intelectual. A exclusão operava pela elevação seletiva. Ao dizer o que era alto, a coleção construía o que ficava abaixo, fora ou à margem. Ao dizer quem escrevia a cultura, definia quem não aparecia como sujeito de escrita.

Essa conclusão permite compreender que a forma-coleção do Mensario foi um mecanismo material de consagração elitista. Ela transformou textos jornalísticos em biblioteca, autores em autoridades, instituições em filtros de legitimidade e alta cultura em visão de mundo. O problema, portanto, não é apenas saber quais textos foram preservados, mas compreender que critérios de valor permitiram convertê-los em representação autorizada da cultura nacional.

## **Conclusões**

O Mensario do Jornal do Commercio foi uma coleção-biblioteca da alta cultura letrada brasileira. Sua passagem do jornal ao volume alterou o estatuto dos textos, transformando colaborações periódicas em peças de um repertório permanente. O gesto editorial de reunir, guardar, ordenar e permitir a encadernação não pode ser interpretado como operação neutra. Ele selecionou o que deveria permanecer e, ao fazê-lo, definiu uma ideia de cultura legítima.

A análise da materialidade mostrou que a coleção foi pensada para durar. Formato, número de páginas, organização em tomos, índices, preço, possibilidade de encadernação e recepção por pares letrados compunham um objeto destinado à guarda e à consulta. Essa materialidade educava o leitor a perceber certos textos como patrimônio e certos autores como representantes da inteligência nacional. A coleção produzia uma pedagogia da permanência.

A crítica da alta cultura permitiu compreender que a expressão não era inocente. Para os produtores e pares do Mensario, alta cultura significava erudição, escrita, ciência,

literatura, moral, civismo, história, direito, religião, técnica e nacionalidade. Para a análise histórica, significava também hierarquia. A ideia de alta cultura instaurava uma fronteira entre aquilo que merecia ser guardado e aquilo que podia permanecer fora do acervo legítimo. Mesmo sem nomear uma “baixa cultura”, a coleção a produzia por contraste, ao deslocar culturas populares, oralidades, experiências trabalhadoras, práticas escolares comuns e sujeitos subalternizados para as margens da cultura autorizada.

Os dados institucionais confirmaram que essa crítica não é apenas impressão. A concentração de colaboradores vinculados a academias, associações, institutos, órgãos públicos, diplomacia, ministérios, clero e espaços de sociabilidade intelectual mostra que o Mensario organizava a cultura nacional a partir de lugares sociais previamente legitimados. O que se apresentava como síntese da cultura brasileira era, na verdade, síntese de uma fração social restrita.

O contexto dos anos 1930 e 1940 ajuda a compreender essa operação. A coleção circulou em um momento de nacionalismo autoritário, reorganização do Estado, valorização da educação moral, expansão da propaganda política, disputas internacionais e redefinição do papel dos intelectuais. O Mensario não foi órgão oficial do Estado Novo, mas partilhou de uma atmosfera na qual a cultura letrada podia funcionar como instrumento de direção simbólica da sociedade. Sua visão de mundo era elitista porque imaginava a nação a partir dos que se julgavam aptos a orientá-la.

Ler o Mensario como coleção-biblioteca, portanto, é ler uma forma de poder cultural. Poder que não se exercia apenas pela censura ou pela imposição direta, mas pela seleção, pela guarda, pela repetição, pela consagração e pela materialização de uma biblioteca. O impresso dizia ao leitor o que deveria permanecer, quem merecia ser lido, quais instituições podiam autorizar a palavra e que parcela da sociedade podia aparecer como medida da cultura nacional. A contribuição deste artigo consiste em mostrar que a coleção não apenas representou uma elite letrada: ela participou de sua produção histórica como grupo autorizado a definir, arquivar e transmitir uma ideia restrita de Brasil.

## Referências

- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento* (2ª ed.). Edusp; Zouk.
- Capelato, M. H. R. (2003). O Estado Novo: o que trouxe de novo? In L. A. N. Delgado & J. Ferreira (Orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo* (pp. 109–143). Civilização Brasileira.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Difel.
- Chartier, R. (2014). *A mão do autor e a mente do editor*. Editora Unesp.
- De Luca, T. R. (1999). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. Fundação Editora da UNESP.
- Gomes, A. de C. (1996). *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Fundação Getúlio Vargas.
- Jornal do Commercio. (1938, 16 de fevereiro). Mensario do Jornal do Commercio: o seu aparecimento este mez. *Jornal do Commercio*, 111(116), 1. Hemeroteca Digital

da Biblioteca Nacional.

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_12&pagfis=53837](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pagfis=53837)

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Editora da Unicamp.

Machado, R. R. (2023). *O Mensário do Jornal do Commercio e o seu projeto cultural e educativo (1938–1946)* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Ouro Preto]. Repositório Institucional da UFOP. <https://www.repositorio.ufop.br/items/ed3264e8-316c-4f95-8f02-b94ba53267ef/full>

Machado, R. R., Carvalho, R. A. de, & Spindula, A. L. (2025). Verba volant, scripta manent! Representações sobre o projeto editorial do Mensário do Jornal do Commercio (1938–1946). *Cadernos de História da Educação*, 24, e2025-53. <https://doi.org/10.14393/che-v24-e2025-53>

Martins, A. L. (2001). *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo, 1890–1922*. Edusp.

Mastrobuono, P. M. (2025a, 11 de julho). *O que merece ser lembrado? Patrimônio, identidade e os silêncios da memória digital*. Memorial da América Latina. <https://memorial.org.br/memorial-cultural-digital/o-que-merece-ser-lembrado-patrimonio-identidade-e-os-silencios-da-memoria-digital/>

Mastrobuono, P. M. (2025b). *Quem conta a história da América Latina?* Memorial da América Latina. <https://memorial.org.br/memorial-cultural-digital/quem-counta-a-historia-da-america-latina/>

Miceli, S. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920–1945)*. Difel.

Pomian, K. (1984). Coleção. In *Enciclopédia Einaudi: Memória-História* (Vol. 1, pp. 51–86). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Sirinelli, J.-F. (2003). Os intelectuais. In R. Rémond (Org.), *Por uma história política* (pp. 231–269). Editora FGV.

Velloso, M. P. (1997). Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, (9), 57–74. <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i09.39298>

Williams, R. (1969). *Cultura e sociedade: 1780–1950*. Companhia Editora Nacional.

## Contribuições de Autores

Raphael Ribeiro Machado: Conceituação; Metodologia; Investigação; Curadoria dos dados; Análise formal; Redação – versão inicial; Redação – revisão e edição.

Rosana Areal de Carvalho: Conceituação; Metodologia; Supervisão; Validação; Redação – revisão e edição; Aprovação da versão final.

Alice Lopes Spindula: Investigação bibliográfica; Análise formal; Validação; Redação – revisão e edição; Aprovação da versão final.

Marina França Brandão: Investigação bibliográfica; Análise formal; Validação; Redação – revisão e edição; Aprovação da versão final.

## Uso de Inteligência Artificial (IA)

| Ferramenta       | Finalidade                                                                                                                  | Etapa da pesquisa |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| ChatGPT (OpenAI) | Apoio na revisão linguística, organização textual e padronização formal do manuscrito, sob supervisão integral dos autores. | Redação e revisão |

A interpretação histórica, a seleção das fontes, a análise documental, as decisões teóricas e a versão final do texto são de responsabilidade exclusiva dos autores.

## Financiamento

O estudo não recebeu financiamento específico para sua elaboração.